InBev Participações Societárias S.A. (atualmente Ambev S.A.) Balanço patrimonial (Reapresentação) Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2012	2011
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes a caixa	4	48.155	69.454
Contas a receber e demais contas a receber	5	21.490	9.906
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.996	2.601
		71.641	81.961
Ativo não circulante			
Investimentos em títulos patrimoniais	7	1.274.660	1.002.391
mirosumonos om anaros paramonais		1.274.660	1,002,391
		11111100	18022571
Total do ativo		1.346.301	1.084.352
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante	_		
Contas a pagar e demais contas a pagar	8	30.259	27.918
Imposto de renda e contribuição social		-	340
		30.259	28.258
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	338.835	255.928
		338.835	255.928
Total do passivo		369.094	284.186
•			
Patrimônio Líquido	10		
Capital social		249.061	249.061
Reservas		51.648	40.221
Outros resultados abrangentes		676.498	496.800
Lucros acumulados		-	14.083
		977.207	800.166
Total do passivo e patrimônio líquido		1.346.301	1.084.352

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados (Reapresentação) Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2012	2011
Receita de dividendos		32.921	37.299
Despesas administrativas		(840)	(686)
Outras receitas e despesas operacionais	11	(546)	(1.205)
Resultado operacional		31 <i>5</i> 35	35.408
Despesas financeiras	12	-	(186.351)
Receitas financeiras	12	5.146	193.232
Resultado financeiro líquido		5.146	6.881
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		36.681	42.289
Beneficio (Despesa) com imposto de renda e contribuição social	13	9.790	(3.622)
Lucro líquido do exercício		46.471	38.667
Lucro por ação atribuível aos acionistas da InBev Participações Soc S.A. durante o exercício (expresso em R\$/por lote de mil ação) (No		0,19	0,16

Demonstração dos resultados abrangentes (Reapresentação) Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	46.471	38.667
Ajuste no valor justo de títulos disponíveis para venda	272.269	175.586
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(92.572)	(59.700)
Resultado abrangente	226.168	154 <i>5</i> 53

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Reapresentação) Em milhares de reais

		Reser	vas			
	Capital Social	Reserva Legal	Dividendos adicionais	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	249.061	-	-	380.914	26.299	656.274
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.667	38.667
Resultado abrangente:						
Ajuste no valor justo de títulos disponíveis para venda	-	-	-	175.586	-	175 <i>5</i> 86
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(59.700)	-	(59.700)
Total do resultado abrangente	-	-	-	115.886	38.667	154 <i>5</i> 53
Dividendos	-	-	-	-	(10.662)	(10.662)
Destinação das reservas:						
Constituição de reserva legal	-	2.132	-	-	(2.132)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	38.089	-	(38.089)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	249.061	2.132	38.089	496.800	14.083	800.166
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	46.471	46.471
Resultado abrangente:						
Ajuste no valor justo de títulos disponíveis para venda	-	-	-	272.269	-	272.269
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(92.572)	-	(92.572)
Total do resultado abrangente	-	-	-	179.697	46.471	226.168
Dividendos	-	-	-	-	(11.037)	(11.037)
Destinação das reservas:						
Constituição de reserva legal	-	2.324	-	-	(2.324)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(38.089)	-	-	(38.089)
Dividendos adicionais	-	-	47.193	-	(47.193)	<u> </u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	249.061	4.456	47.193	676.498	-	977.207

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa (Reapresentação) Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	46.471	38.667
Receita de dividendos	(32.921)	(37.299)
Resultado financeiro líquido	(5.146)	(6.881)
Despesa (Beneficio) com imposto de renda e contribuição social	(9.790)	3.622
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões	(1.386)	(1.891)
Aumento no contas a receber e demais contas a receber	(8.091)	(9)
Aumento / (redução) nas contas a pagar e demais contas a pagar	11.045	(56.610)
Geração de caixa das atividades operacionais	1.568	(58.510)
Town 2 10 2 2 2		/100 700\
Juros pagos Juros recebidos	- 5.146	(182.788) 263.266
Imposto de renda e contribuição social pagos	5.140	(3.674)
Dividendos recebidos	28.024	27.394
Fluxo de caixa das atividades operacionais	34.738	45.688
Resgate de instrumentos de dívida	_	2.016.500
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	2.016.500
Liquidação de empréstimos	-	(2.000.000)
Dividendos pagos	(56.037)	-
Fluxo de caixa de atividades financeiras	(56.037)	(2.000.000)
(Redução)/aumento líquido no caixa e equivalentes a caixa	(21.299)	62.188
Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício	69.454	7.266
Caixa e equivalentes a caixa final do exercício	48.155	69.454
		051104

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação) Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	2012	2011
Valor adicionado líquido produzido		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.386)	(1.891)
Valor adicionado recebido em transferência	· · ·	
Receita de dividendos	32.921	37.299
Receitas financeiras	5.146	193.232
	38.067	230.531
Valor adicionado total a distribuir	36.681	228.640
Impostos, taxas e contribuições		
- Federais	(9.790)	3.622
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	-	186.351
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o capital próprio	38.089	-
Dividendos	11.037	10.662
Lucros acumulados	(2.655)	28.005
	46.471	38.667
Distribuição do valor adicionado	36.681	228.640

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1 Informações gerais

A InBev Participações Societárias S.A. (referida como "Companhia" ou "InBev"), atualmente denominada Ambev S.A., com sede em São Paulo - São Paulo, tem por objetivo social a participação, direta ou indireta, em quaisquer outras sociedades de qualquer natureza, como sócia ou acionista.

As controladoras direta e final da Companhia são a InterBrew International B.V. ("IIBV") e a Anheuser-Busch InBev ("ABI"), respectivamente.

A administração efetuou a reapresentação das demonstrações contábeis originalmente emitidas em 28 de fevereiro de 2013 devido a alteração efetuada nas notas explicativas 1 e 16, especificamente para fins de atendimento ao ofício da CVM No. 203/2013, encaminhado à Companhia em 10 de julho de 2013 em virtude dos efeitos decorrentes dos atos societários de 17 de junho e de 30 de julho de 2013 conforme descritos abaixo.

As presentes demonstrações contábeis reapresentadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 13 de agosto de 2013.

Em 7 de dezembro de 2012, a Companhia de Bebidas das Américas (Ambev) ("Ambev") anunciou sua intenção de propor aos seus acionistas uma reorganização societária visando à migração de sua estrutura acionária atual com duas espécies de ações (ordinárias e preferenciais) para uma estrutura com espécie única de ações ordinárias.

O objetivo da reorganização societária é simplificar a estrutura societária e aprimorar a governança corporativa, com vistas a aumentar a liquidez para todos os acionistas, eliminar custos operacionais e administrativos e aumentar a flexibilidade para a gestão de sua estrutura de capital.

Se aprovada, a reorganização societária será realizada por meio da incorporação, pela InBev, de todas as ações de emissão da Ambev que não sejam de propriedade da incorporadora, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas ("Incorporação de Ações"); na qual todas as ações emitidas e em circulação da Ambev, incluindo ações na forma de American Depositary Receipts ("ADRs"), exceto as ações e ADRs da Ambev detidas pela Companhia, devem ser trocadas por ações ordinárias e ADRs emitidos pela InBev. A Incorporação de Ações resultará na entrega aos acionistas da Ambev titulares de ações ordinárias ou preferenciais (incluindo ADRs), de ações ordinárias e, em alguns casos, ADRs de emissão da InBev. Para fins da Incorporação de Ações, serão atribuídos valores iguais às ações ordinárias e preferenciais da Ambev.

A reorganização societária descrita acima também contemplará passos preliminares à Incorporação de Ações, incluindo a contribuição ao capital da Companhia da totalidade das ações da Ambev de titularidade da ABI, detidas através da IIBV e da AmBrew S.A. ("AmBrew") ("Contribuição de Ações"). Tais passos preliminares não terão efeito para fins da relação de substituição proposta na Incorporação de Ações ou de diluição dos acionistas da Ambev.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da InBev foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$) arredondados para o milhar mais próximo indicado. Dependendo da norma CPC aplicável, o critério de mensuração utilizado na

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração da Companhia precisa tomar decisões, fazer estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada, caso a revisão afete apenas aquele período, ou no período da revisão e em períodos futuros, se a revisão afetar tanto períodos correntes como futuros.

A Companhia acredita que as seguintes políticas contábeis refletem as decisões mais críticas, as estimativas e julgamentos que são importantes para o entendimento dos seus resultados: estimativa de realização dos impostos diferidos e classificação e mensuração dos instrumentos financeiros. Vide Nota 15.1.

Análises de redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros são realizadas anualmente e sempre que um fato gerador tenha ocorrido, a fim de determinar se o valor contábil excede o valor recuperável.

(b) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem investimentos em títulos patrimoniais e contas a pagar.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, e disponíveis para venda, e seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

(i) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das demais categorias (mensurados ao valor justo por meio do

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento). São incluídos em ativo não corrente, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente e mensurados subsequentemente pelo seu valor justo.

Quando esses ativos são vendidos ou sofrem redução ao valor recuperável, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra.

Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado quando os dividendos são declarados.

(ii) Investimentos em títulos patrimoniais

São considerados investimentos em títulos patrimoniais, investimentos nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle. Isto é geralmente evidenciado quando o investimento equivale a menos de 20% dos direitos de voto. Esses investimentos são designados como ativos financeiros disponíveis para venda e avaliados inicialmente por seu valor justo, a não ser que este não possa ser avaliado com segurança, sendo portanto mantido o custo de aquisição. As variações subseqüentes em seu valor justo são reconhecidas diretamente na conta "Outros resultados abrangentes", com exceção daquelas relacionadas à perda para redução ao valor recuperável que são reconhecidas no resultado do exercício.

Quando da venda do investimento, o ganho ou a perda acumulados anteriormente reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de eventuais reduções no valor recuperável.

São classificados como ativo corrente, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativo não corrente).

(iv) Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecida no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base em uma taxa de juros efetiva.

(v) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida somente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado. O ajuste do valor justo é reconhecido no resultado.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados considerando seu valor justo na data das demonstrações contábeis.

A companhia não adota hedge accounting.

(d) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem principalmente juros recebidos ou a receber sobre ativos financeiros, ganhos com investimentos em títulos e ganhos com derivativos. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva, a não ser que o recebimento seja duvidoso. Despesas financeiras compreendem principalmente juros pagos ou a pagar sobre passivos financeiros. Despesas de juros são reconhecidas pelo período de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

(e) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando os dividendos são declarados.

(f) Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e os equivalentes a caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos, originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

(g) Contas a receber e demais contas a receber

As contas a receber e demais contas a receber são contabilizadas pelo seu custo amortizado, menos as perdas com provisão para redução ao valor recuperável. A provisão para redução ao valor recuperável é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Registra-se a provisão no montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber.

(h) Contas a pagar e demais contas a pagar

Contas a pagar são reconhecidas, inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo custo

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

amortizado.

(i) Imposto sobre a renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou patrimônio líquido (exceto juros sobre capital próprio, vide item (l)). Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesas no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, quando declarado, e posteriormente reclassificado para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

De acordo com o CPC 32 - "Imposto de Renda", o imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que, considerando os requerimentos do CPC 32, para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. O CPC 32 prevê que nenhum imposto diferido seja reconhecido (i) no reconhecimento do ágio; (ii) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócio; e (iii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros.

As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos no Brasil são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(j) Transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis ou equitativas, similares às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

(k) Moeda funcional e de apresentação

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional e de apresentação é o real, de acordo com as normas descritas no CPC 2 - "Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis".

(l) Patrimônio líquido

(i) Capital social

O capital social está representado somente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. Ver Nota 10(a).

(ii) Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos e juros sobre capital próprio são registrados no passivo no período em que eles forem declarados, com exceção da parcela referente aos dividendos mínimos estatutários (ver Nota 10(c)), a qual é contabilizada ao final de cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, na forma da legislação aplicável.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, quando declarado, e posteriormente reclassificado para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(m) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo CPC, mas não estão em vigor para o exercício de 2012.

(i) CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades"

Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

(ii) CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo"

O objetivo da norma CPC 46 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em CPC. As exigências, que estão bastante alinhadas entre CPC e as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América ("US GAAP"), não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas CPC ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

(iii) CPC 26 - "Apresentação de Demonstrações Contábeis"

A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

Não há outras normas CPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4 Caixa e equivalentes a caixa

	2012	2011
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	46.703	67.371
Contas correntes	1.452	2.083
Caixa e equivalentes a caixa	48.155	69.454

(i) O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Contas a receber e demais contas a receber

	2012	2011
Contas a receber Ambev	6.687	-
Dividendos a receber da Ambev (i)	14.803	9.906
	21.490	9.906

⁽i) Informações adicionais na Nota 14 - partes relacionadas.

6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos no montante de R\$ 9.665 em 31 de dezembro de 2012, são originados de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos no Brasil, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no Brasil, sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados, não possuem prazo de prescrição.

Em 31 de dezembro de 2012 os ativos fiscais diferidos tem expectativa de realização durante o exercício de 2013.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos está demonstrada abaixo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	2012	2011
Saldo no início do exercício	-	181
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	9.665	
Outros		(181)
Saldo no final do exercício	9.665	_

(b) Os impostos diferidos passivos no valor de R\$ 348.499 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 255.928 - 2011), surgiram a partir de ajuste a valor justo dos títulos classificados como disponíveis para venda.

	2012	2011
Saldo no início do exercício	255.928	196.229
Ajuste no valor justo de títulos disponíveis para venda	92.572	59.699
Saldo no final do exercício	348.500	255.928

7 Investimentos em títulos patrimoniais

	2012	2011
Investimentos em títulos patrimoniais	1.274.660	1.002.391
Saldo no final do exercício	1.274.660	1.002.391

Os saldos representam 0,476% do investimento mantido na Ambev (0,478% em 2011).

O investimento mantido na Ambev foi considerado como disponível para venda e avaliado pelo valor justo de acordo com o CPC 38.

O valor justo apurado foi baseado na cotação de mercado das ações (AMBV4) no encerramento de cada exercício.

8 Contas a pagar e demais contas a pagar

O saldo de contas a pagar e demais contas a pagar é composto dos seguintes itens:

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	2012	2011
Dividendos a pagar - IIBV	11.037	23.662
Contas a pagar:		
IIBA	18.628	-
Ambev	208	4.256
	18.836	4.256
Impostos a pagar	386	-
	386	-
	30.259	27.918

9 Empréstimos

Em 10 de setembro de 2009 a Companhia emitiu, e comercializou no mercado, 2.000 debêntures, no montante de R\$ 2.000.000, com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, não conversíveis em ações. A remuneração foi de 114% do CDI, paga semestralmente. A classificação contábil das debêntures foi de passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A liquidação antecipada ocorreu em agosto de 2011.

10 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 249.061 (R\$ 249.061 em 31 de dezembro de 2011), e está representado por 249.061.302 ações nominativas, todas ordinárias e sem valor nominal.

Conforme determina o estatuto social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 25% aos seus lucros, apurados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustados na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com a situação financeira da InBev. O dividendo obrigatório inclui os montantes pagos a título de juros sobre o capital próprio. Ver Nota 10(b)(ii).

(b) Destinação do lucro do exercício

(i) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

compensar prejuízos ou aumentar o capital.			
compensat projumos ou aumontar o capitar	2012	2011	
Lucro líquido do exercício	46.471	38.667	
Lucros acumulados	14.083	26.299	
Lucros acumulados base para destinações	60.554	64.966	
Constituição de reserva legal	(2.324)	(2.132)	
Dividendos	(11.037)	(10.662)	
Juros sobre o capital próprio	-	(38.089)	
Dividendos adicionais	(47.193)	-	
Lucros acumulados após destinações	-	14.083	
Dividendos	(11.037)	(10.662)	
Dividendos adicionais	(47.193)	-	
Juros sobre o capital próprio	<u> </u>	(38.089)	
Total	(58,230)	(48.751)	

Os dividendos e dividendos adicionais foram destinados inicialmente em decorrência dos aspectos legais baseados na Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Juros sobre capital próprio/dividendos

Segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de distribuir Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que são dedutíveis para fins de imposto de renda e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2012:

					Espécie e	Valor do	Valor total do
					Classe de	provento por	provento (R\$
Evento	Aprovação	Provento	Início Pgto.	Exercício	ação	ação	mil)
AGE	05/04/2012	Dividendos	11/04/2012	2009	ОИ	0,0522	13.000
AGO	30/04/2012	Dividendos	14/09/2012	2011	ON	0,0428	10.662
AGE	11/09/2012	Juros sobre Capital Próprio	14/09/2012	2011	ON	0,1529	38.089
							61.751

Não ocorreram pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio no exercício de 2011.

O valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio propostos por ação é de R\$ 0,23 (2011 - R\$ 0,20).

(iii) Lucro por ação básico e diluído

O valor do lucro por ação básico e diluído é de R\$ 0,19 por lote de mil ações (2011 - R\$ 0,16). A

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

quantidade de ações utilizada como denominador do lucro por ação foi 249.061.302 ações em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

11 Outras receitas e despesas operacionais

Os saldos registrados nessa rubrica são referentes a repasses de *service fees* realizados entre a InBev e a Ambev no montante de R\$ 546 (2011 - R\$ 1.205).

12 Despesas e receitas financeiras

	2012	2011
Despesas financeiras		
Despesas com juros de passivo ao custo amortizado (i)	-	(172.210)
Impostos sobre transações financeiras	-	(12.427)
Variação cambial	-	(1.595)
Outros custos financeiros, incluindo taxas bancárias	-	(119)
	-	(186.351)
Receitas financeiras		
Receita de juros	5.146	4.960
Receita de juros - partes relacionadas (ii)	-	151.282
Ganhos com títulos de dívida - partes relacionadas	-	35.955
Ganhos com derivativos não considerados como hedge accounting	-	1.035
	5.146	193.232
Resultado financeiro líquido	5.146	6.881

- (i) Em 10 de setembro de 2009, a Companhia emitiu uma debênture no mercado com o valor nominal de R\$ 2.000.000 e vencimento original em 10 de setembro de 2012, com um custo de 114% do CDI. Em 16 de agosto de 2011 a debênture foi liquidada. O resultado financeiro dessa transação foi R\$ 172.210. Ver Nota 9.
- (ii) Em 10 de setembro de 2009, a Companhia adquiriu um *Bond* emitido pela empresa AmBrew, com valor nominal de R\$ 2.000.000 e vencimento original em 10 de setembro de 2012, atualizado pela taxa de 116,5% do CDI. Em 16 de agosto de 2011 o Bond foi liquidado. O resultado financeiro dessa transação foi R\$ 187.237.

13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	2012	2011
Benefício (despesa) com imposto de renda e contribuição social corrente	125	(3.441)
Benefício (despesa) com imposto de renda e contribuição social diferidos	9.665	(181)
Total do Beneficio (despesa) com imposto de renda e contribuição social	9.790	(3.622)

Reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média:

	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	36.681	42.289
Alíquota nominal ponderada agregada	34,00%	34,00%
Impostos – alíquota nominal	(12.472)	(14.378)
Ajuste na despesa tributária		
Juros sobre capital próprio pagos (recebidos)	12.950	(1.950)
Dividendos recebidos	8.297	12.681
Outros ajustes tributários	1.015	25
Beneficio (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	9.790	(3.622)
Alíquota efetiva de impostos	-26,69%	8,56%

14 Partes relacionadas

(a) Contas a receber e demais contas a receber e contas a pagar

	2012	2012		2011	
	Receber	Pagar	Receber	Pagar	
Ambev (i)	21.490	(208)	9.906	(4.256)	
IIBV (iii)	-	(29.665)	-	(23.662)	
	21.490	(29.873)	9.906	(27.918)	

As transações com partes relacionadas incluem dividendos a receber pelo investimento mantido na Ambev, bem como dividendos e outras contas a pagar para a controladora IIBV, ambas sem incidência de juros.

(b) Investimentos em títulos patrimoniais

	2012	2011
Ambev (i)	1.274.660	1.002.391
	1.274.660	1.002.391

(c) Operações

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	2012	2011
Outras despesas operacionais - Ambev (i)	(546)	(1.205)
Receita de dividendos - Ambev (i)	32.921	37.299
Receitas financeiras - AmBrew (i) (ii)	-	187.237

- (i) Entidades sob controle comum.
- (ii) Em 10 de setembro de 2009, a Companhia adquiriu um Bond emitido pela empresa AmBrew, com valor nominal de R\$ 2.000.000 e, vencimento original em 10 de setembro de 2012, atualizado pela taxa de 116,5% do CDI; no entanto, em 16 de agosto de 2011, a emissora liquidou antecipadamente esse ativo financeiro.
- (iii) Controladora.

15 Riscos decorrentes de Instrumentos financeiros

15.1 Fatores de risco e políticas

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, a liquidez e o risco de crédito surgem no curso normal dos negócios da Companhia. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho da Companhia em consonância com sua política de gestão de riscos financeiros.

O objetivo da política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes aos mercados de capitais no qual a InBev executa suas operações. A política abrange 4 (quatro) pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez; (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio; (iii) riscos de conversão de balanços e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde mantemos operações, sempre que possível, devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais. A política também determina os procedimentos e controles necessários para identificação, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio e juros, que possam afetar o valor de nossas receitas, custos e/ou investimentos. A política determina que todos os riscos atualmente registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos autorizados pela política de riscos são contratos futuros negociados em bolsa, *deliverable forwards, non-deliverable forwards, swaps* e opções de compra. A Companhia não possuía nenhuma operação de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos descritos abaixo:

(a) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos sempre que eles são denominados em moeda

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

diferente de sua moeda funcional.

Em 2010, contratamos uma operação de *non-deliverable forwards* com o banco Deutsche Bank, com objetivo de proteção contra variação cambial entre o real e o euro. Em 31 de dezembro de 2011, a operação gerou um ganho de R\$ 1.035, registrado no grupo de receitas financeiras (Nota 12). A operação de derivativo foi contratada para proteger a Companhia da variação cambial de um empréstimo junto à empresa AmBrew. O valor contratual era de EUR 22.000, com vencimento em 1º de abril de 2011. O valor da operação de empréstimo era de EUR 22.000, equivalentes em 31 de dezembro de 2010 a R\$ 49.017. Foi liquidado em 5 de abril de 2011 e estava registrado na rubrica de contas a pagar e demais contas a pagar.

(b) Risco de taxa de juros

A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de hedge de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente. O objetivo da política da Companhia é alcançar um equilíbrio ideal entre custo de captação e a rentabilidade das aplicações financeiras, tendo em conta as condições do mercado, bem como a estratégia de negócios.

(c) Risco de crédito

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seleto grupo de contrapartes altamente qualificado e partes relacionadas.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima de risco de crédito da Companhia. Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e demais contas a receber representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. Não havia nenhuma concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

(d) Risco de volatilidade de preço de investimentos em títulos patrimoniais negociáveis

A Companhia possui investimentos em títulos patrimoniais negociáveis, sujeitos a risco de volatilidade de preço proveniente de mudanças em seu valor de mercado. A Companhia não possui títulos negociáveis para fins de negociação. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía investimentos em títulos patrimoniais negociáveis cujo custo de aquisição foi de R\$ 249.663, e seu valor justo era de R\$ 1.274.660. O potencial impacto no valor justo de tais títulos, assumindo uma variação de 10% em seu preço de mercado, seria de aproximadamente R\$ 127.466 em 31 de dezembro de 2012.

(e) Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos derivativos e acesso a facilidades de empréstimo é suficiente para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e pagamento de dividendos no futuro.

Os vencimentos contratuais de passivos financeiros não derivativos são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	2012		
	Fluxos de caixa		
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	contratuais	Menos de 1 ano
Dividendos a pagar	11.037	11.037	11.037
Contas a pagar	18.836	18.836	18.836
Total	29.873	29.873	29.873

	2011		
	Fluxos de caixa		
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	contratuais	Menos de 1 ano
Dividendos a pagar	23.662	23.662	23.662
Contas a pagar	4.256	4.256	4.256
Total	27.918	27.918	27.918

15.2 Instrumentos financeiros

A administração desses instrumentos é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.).

Todas as operações com instrumentos financeiros, segregadas por categoria, estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro abaixo:

		Ativos	
	Empréstimos	disponíveis para	
	e recebíveis	venda	Total
31 de dezembro de 2012			_
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa			
Aplicações financeiras de curto prazo	46.703	-	46.703
Contas correntes	1.452	-	1.452
Contas a receber e demais contas a receber			
Contas a receber Ambev	6.687	-	6.687
Dividendos a receber da Ambev	14.803	-	14.803
Investimentos em títulos patrimoniais	-	1.274.660	1.274.660
Total	69.645	1.274.660	1.344.305

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
31 de dezembro de 2011			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa			
Aplicações financeiras de curto prazo	67.371	-	67.371
Contas correntes	2.083	-	2.083
Contas a receber e demais contas a receber			
Dividendos a receber da Ambev	9.906	-	9.906
Investimentos em títulos patrimoniais	-	1.002.391	1.002.391
Total	79.360	1.002.391	1.081.751

	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2012 Passivos, conforme o balanço patrimonial	t us to amor mano	10141
Contas a pagar		
Dividendos a pagar	11.037	11.037
Contas a pagar	18.836	18.836
Total	29.873	29.873

	Passivos mensurados pelo	
	custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2011		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a pagar		
Dividendos a pagar	23.662	23.662
Contas a pagar	4.256	4.256
Total	27.918	27.918

15.3 Classificação de instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

De acordo com o CPC 40 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", a entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos dados usados no processo de mensuração. A classificação de valor justo dos instrumentos financeiros da

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Companhia, em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada abaixo:

		2012	!	
Instrumentos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Investimentos em títulos patrimoniais	1.274.660	-	-	1.274.660
		2011		
Instrumentos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Investimentos em títulos patrimoniais	1.002.391	_	_	1.002.391

A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis:

- . Nível 1 preços cotados (sem ajuste) em mercados
- . Nível 2 outros dados além daqueles cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos direta (por exemplo, preços em mercados ativos) ou indiretamente (por exemplo, técnicas derivadas de valorização que utilizam dados de mercados ativos)
- . Nível 3 dados para precificação não presentes em mercados ativos

16 Eventos subsequentes

- (i) Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 01 de março de 2013, foi aprovada a distribuição de dividendos, por conta da destinação de resultados do exercício de 2012, à razão de R\$0,0443 por ação, sem retenção de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor e JCP, a serem deduzidos do Resultado do Exercício de 2012 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2012, à razão total de R\$0,0524 por ação. A distribuição de JCP será tributada na forma da legislação em vigor, o que resultará em uma distribuição líquida de JCP de R\$0,0445 por ação.
- (ii) Contribuição de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 17 de junho de 2013, foi aprovada a Contribuição de Ações, conforme descrito na Nota 1.

Em resposta ao Oficio da CVM No. 203/2013, encaminhado à Companhia em 10 de julho de 2013 e com o objetivo de ilustrar os efeitos na posição patrimonial da Companhia, as informações a seguir demonstram o efeito nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, como se a Contribuição de Ações já tivesse sido consumada em 31 de dezembro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ambev S/A Lançamentos "Contribuição de Ações"			Ambev S/A	
	31/12/2012 <u>Antes</u> da Contribuição de Ações	Contribuição de Ações	Subtotal_	Ajustes da Base Contábil ABI	31/12/2012 <u>Após</u> a Contribuição de Ações
Ativo					
Caixa e equivalentes a caixa	48.155		48.155		48.155
Contas a receber e demais contas a receber	21.490		21.490		21.490
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.996		1.996		1.996
Ativo circulante	71.641	-	71.641	-	71.641
Imposto de renda e contribuição social diferidos		9.665	9.665		9.665
Investimentos	1.274.660	16.586.759	17.861.419 (a)	7.294.134 (b)	25.155.552 (c)
Ativo não circulante	1.274.660	16.596.424	17.871.084	7.294.134	25.165.217
Total do ativo	1.346.301	16.596.424	17.942.725	7.294.134	25.236.858
Contas a pagar e demais contas a pagar	30.259		30.259		30.259
Passivo circulante	30.259	-	30.259	-	30.259
Imposto de renda e contribuição social diferidos	338.835	(338.835)	_		-
Passivo não circulante	338.835	(338.835)			-
Total do passivo	369.094	(338.835)	30.259		30.259
Patrimônio líquido de controladores	977.207	16.935.259	17.912.466	7.294.134	25.206.599
Total do passivo e patrimônio líquido	1.346.301	16.596.424	17.942.725	7.294.134	25.236.858

As informações acima apresentadas foram preparadas para refletir os efeitos iniciais da aquisição da Ambev pela ABI, que representam a base contábil histórica do investimento da Ambev no balanço patrimonial da ABI em 31 de dezembro de 2012.

A Contribuição de Ações da Ambev pela Ambev S.A. é uma reorganização societária entre entidades sob controle comum. Entretanto esta contribuição foi registrada em uma base consistente com os valores reconhecidos pela controladora final da Ambev e da Companhia, a ABI, a qual é uma empresa listada na *Security Exchange Commission* em Nova Iorque. Sendo assim, as informações acima apresentadas incluem certos ajustes de alocação do preço de compra para refletir certos ajustes de combinação de negócios registrados pela ABI, quando da aquisição do controle da Ambev em 2004 e investimentos adicionais posteriores.

Como resultado, em 31 de dezembro de 2012, o saldo de investimentos em títulos patrimoniais após o efeito da Contribuição de Ações, ficaria composto como segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Reapresentação)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2012
Patrimônio líquido da Ambev	28.863.744
Participação acionária após a Contribuição de Ações	61,88%
Subtotal (a)	17.861.419
Ágio registrado nas demonstrações financeiras consolidadas da ABI Diferença entre o valor contábil e o valor justo do ativo imobilizado	6.674.494
registrado nas demonstrações financeiras consolidadas da ABI	939.005
Imposto de renda diferido sobre o ajuste acima	(319.365)
Ajustes da Base Contábil ABI (b)	7.294.134
Total Investimentos (c)	25,155,552

As contrapartidas dos lançamentos acima foram efetuadas contra o patrimônio líquido.

(iii) Incorporação de Ações

Em AGE realizada em 30 de julho de 2013, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão da Ambev pela Ambev S.A., pelo qual cada ação ordinária e preferencial da Ambev, não detidas pela Ambev S.A., serão trocadas por 5 novas ações ordinárias da Ambev S.A..

* * *

Diretoria

João Mauricio Giffoni de Castro Neves - Diretor Geral Nelson José Jamel - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Alexandre Médicis da Silveira - Diretor de Vendas Marcel Martins Régis - Diretor de Refrigerantes Márcio Fróes Torres - Diretor Industrial Milton Seligman - Diretor de Relações Corporativas Pedro de Abreu Mariani - Diretor Jurídico Vinícius Guimarães Barbosa - Diretor de Logística Sandro de Oliveira Bassili - Diretor de Gente e Gestão Jorge Pedro Victor Mastroizzi - Diretor de Marketing

Ricardo Rittes de Oliveira Silva - Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados

Contadora

Giovana da Costa Rocha CRC 1SP245418/O-3